ples despachante, em virtude da disposição clara e terminante do art. 13 da citada lei.

Nestes termos, a Comissão de Justiça apresenta á deliberação da Camara o seguinte projecto de lei:

A Camara Municipal de S. Paulo decreta:

Art. 1.º—Para o effeito das leis em vigor, fica incluído para a contagem de tempo de serviços municipaes, ao director da Secretaria da Camara, Antonio Vieira Braga, o periodo de 1 de fevereiro de 1888 a 3 de outubro de 1889, periodo esse em que o mesmo serviu interinamente varios cargos municipaes.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das commissões, 17 de dezembro de 1907. — João M. Sampaio Vianna, Carlos Garcia.

Ninguem pedindo a palavra é o projecto posto em votação e approvedo.

Entra em discussão o parecer n. 101 da Comissão de Justiça, sobre uma representação em que diversos negociantes solicitam a revogação da lei que determinou o fechamento dos estabelecimentos commerciaes ás 8 horas da noite.

PARECER N. 101, DA COMMISSÃO DE JUSTIÇA

Alguns commerciantes, em sua maioria estabelecidos no districto do Braz, dirigiram-se á Camara pedindo a revogação da lei que determinou o fechamento dos estabelecimentos commerciaes ás 8 horas da noite e fundamentam o seu pedido nas seguintes razões:

a)—que o commercio, cessando de funcionar ás 8 horas da noite, torna a cidade monotonica — tristonha, sem attractivos que prendam a população ao centro da cidade;

b) — que o commercio, já sobrecarregado de impostos, se vê coagido a perder uma hora de funcionamento, trazendo prejuizos não pequenos;

c) — finalmente, que o fechamento ás 8 horas da noite prejudica os moradores das proximidades da cidade, que não podendo permanecer nesta cidade, aproveitariam a noite para realizar as suas compras, voltando pelos trens da manhã.

A Comissão de Justiça, apreciando esta representação e estando convencida de que o fechamento do commercio ás 8 horas da noite não traz prejuizo aos reclamantes, que têm onze horas para exercitarem a sua industria, muitas dellas de natureza daquellas que não se exercitam á noite, do que está sciente o consumidor.

E attendendo a que não é licito prejudicar-se uma classe numerosa e do trabalho, como é a dos empregados no commercio, obrigando a um excesso de trabalho a que não corresponde interesse de

ordem social, sómente para attender a um grupo de consumidores ou não tornar a cidade monotonica, e attendendo ainda a que a Camara não deve alterar as suas decisões movida pela vontade de grupos, que não podem traduzir a vontade das collectividades, é de parecer que não se attenda a presente reclamação, archivando-se a representação.

Sala das commissões, 20 de dezembro de 1907. — João M. Sampaio Vianna, Carlos Garcia.

Ninguem pedindo a palavra, é o parecer posto em votação e approvedo.

Nada mais havendo a tratar, levanta-se a sessão.

4.ª sessão ordinaria em 1 de fevereiro

Presidencia do sr. Corrêa Dias

A' hora regimental, feita a chamada, verifica-se a presença dos srs. Corrêa Dias, Mario Amaral, Sampaio Vianna, Joaquim Marra, Bernardo de Campos, José Oswald, Asdrubal Nascimento, Arthur Guimarães, Silva Telles, Rocha Azevedo, Almeida Lima, Celso Garcia, Goulart Penteadó e Gabriel Dias da Silva.

Abre-se a sessão.

E' lida, posta em discussão e sem debate approveda, a acta da sessão anterior.

O SR. 1.º SECRETARIO dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

PARECER da Comissão de Justiça, sobre uma representação de posseiros de terrenos na villa Gomes Cardim. — A imprimir.

IDEM sobre a isenção do imposto predial durante cinco annos para a construcção de casas operarias. — A imprimir.

IDEM sobre a representação ao Congresso pedindo a verba de mil contos para desapropriações na capital. — A imprimir.

IDEM sobre a representação da Camara de Dous Corregos, sobre meias custas. — A imprimir.

IDEM sobre a subvenção pedida por J. P. Wileman para a publicação de um *Anuario Brasileiro*. — A imprimir.

IDEM sobre o requerimento de Pedro B. Boucherville, pedindo varios favores para a fundação e manutenção de uma escola. — A imprimir.

INDICAÇÃO N. 7, DE 1908

Indico ao sr. prefeito a conveniencia de requisitar da Companhia Light a construção de um desvio na linha do Paraiso, na rua Arthur Prado, entre a caixa d'agua e a villa Carvalho (predio n. 93), afim de facilitar o trafego dos bondes. — Sala das sessões, 1 de fevereiro de 1908. — *Bernardo de Campos*. — A' Prefeitura.

INDICAÇÃO N. 8, DE 1908

Indico que se officie á Prefeitura para que esta mande proceder a reformas na travessa da Gloria, não só em relação ao respectivo calçamento como ainda para que se dê perfeito escoamento ás aguas que allí ficam estagnadas quando chove. — Sala das sessões, 1 de fevereiro de 1908. — *Bernardo de Campos*. — A' Prefeitura.

INDICAÇÃO N. 9, DE 1908

Indico que a Prefeitura mande calçar a paralelepipedos de pedra a rua Luiz Gama e reconstruir a ponte que lá existe em ruínas, que deverá ser incontinenti demolida.

A rua Luiz Gama é uma rua de grande importancia, pois liga a Moóca e o Braz ao Cambucy e Liberdade, e a ponte em ruínas já está em parte cahida e não offerece a menor segurança nem mesmo a pedestres. — Sala das sessões, 1 de fevereiro de 1908. — *Mario Amaral*. — A' Prefeitura.

INDICAÇÃO N. 10, DE 1908

Proponho a ligação da rua Livre e travessa da Gloria, ficando a Prefeitura autorizada a fazer as desapropriações necessarias ou a entrar em accordo com os proprietarios dos predios existentes entre as duas ruas. — Sala das sessões, 1 de fevereiro de 1908. — *Mario Amaral*. — A' Prefeitura.

INDICAÇÃO N. 11, DE 1908

Indico que, para boa execução do calçamento da rua Rodrigo de Barros, o sr. prefeito fique autorizado a entender-se e entrar em accordo com o syndico do convento da Luz, afim de ser demolido o muro allí existente e feito outro no alinhamento da rua, correndo as despesas pela verba «Obras Municipaes». — Sala das sessões, 1 de fevereiro de 1908. — *Arthur Guimarães*. — A' Prefeitura.

INDICAÇÃO N. 12, DE 1908

Indico que o sr. prefeito mande, com urgencia, reparar ou concertar o soalho da Ponte Grande, que se acha em pessimo

estado. — Sala das sessões, 1 de fevereiro de 1908. — *Arthur Guimarães*. — A' Prefeitura.

INDICAÇÃO N. 13, DE 1908

Indico á Prefeitura se digne mandar estudar os melhoramentos de que necessitam os terrenos que rodeiam a caixa d'agua da avenida Paulista, mandando ajardinar ou pelo menos arborizar o largo Treze de Maio, que, pela sua situação, é um dos pontos mais procurados pelos visitantes desta cidade. — Sala das sessões, 1 de fevereiro de 1908. — *Sampaio Viana*. — A' Prefeitura.

INDICAÇÃO N. 14, DE 1908

Indico que a Prefeitura mande fazer os concertos necessarios na rua Joly, entre a avenida da Intendencia, e na rua Carlos Botelho, proceder á tapagem de buracos e ao abahulamento. — Sala das sessões, 1 de fevereiro de 1908. — *Celso Garcia*. — A' Prefeitura.

INDICAÇÃO N. 15, DE 1908

Indico ao sr. prefeito a necessidade de mandar proceder, com urgencia, a pequenos mas inadiaveis concertos na avenida Rebouças ou na rua Arcoverde, afim de por uma dellas se dar transito a carroças, que estão impedidas de passar. — Sala das sessões, 1 de fevereiro de 1908. — *José Oswald*. — A' Prefeitura.

INDICAÇÃO N. 16, DE 1908

Indico á Prefeitura a conveniencia de mandar orçar o calçamento do quarteirão da rua Conselheiro Ramalho, entre as ruas de Santo Antonio e S. Domingos. — Sala das sessões, 1 de fevereiro de 1908. — *José Oswald*. — A' Prefeitura.

INDICAÇÃO N. 17, DE 1908

Indico á Prefeitura a conveniencia de mandar orçar o calçamento da rua Frei Caneca, desde o calçamento existente até á rua Pahim. — Sala das sessões, 1 de fevereiro de 1908. — *José Oswald*. — A' Prefeitura.

INDICAÇÃO N. 18, DE 1908

Indico ao sr. prefeito a conveniencia de mandar orçar o calçamento da rua Monte de Ouro. — Sala das sessões, 1 de fevereiro de 1908. — *José Oswald*. — A' Prefeitura.

INDICAÇÃO N. 19, DE 1908

Indico a Prefeitura a conveniencia de mandar orçar o calçamento da rua Anto-

nio Carlos. — Sala das sessões, 1 de fevereiro de 1908. — *José Oswald*. — A' Prefeitura.

INDICAÇÃO N. 20, DE 1908

Indico á Prefeitura a conveniencia de mandar orçar o calçamento da parte edificada da avenida Angelica, no cruzamento com a avenida Municipal. — Sala das sessões, 1 de fevereiro de 1908. — *José Oswald*. — A' Prefeitura.

INDICAÇÃO N. 21, DE 1908

Indico que o sr. prefeito se digne de mandar proceder ao nivelamento da alameda Santos, entre a alameda Lima e a rua Caguassu', e bem assim do trecho comprehendido entre a alameda Santos e a avenida Paulista, na rua Caguassu', onde ha mais de um anno se acham collocadas as guias. — Sala das sessões, 1 de fevereiro de 1908. — *José Oswald*. — A' Prefeitura.

INDICAÇÃO N. 22, DE 1908

Indico que o sr. prefeito promova, de accordo com a Companhia «Light and Power» a iluminação, por meio de lampadas, da avenida da Intendencia, na parte comprehendida entre o Instituto Disciplinar e a Penha de França.

O transito extraordinario naquelle trecho da avenida durante a noite e o grande numero de edificios já existentes em toda a sua extensão attestam a necessidade urgentissima do melhoramento indicado. — Sala das sessões, 1 de fevereiro de 1908. — *Azevedo Soares*. — A' Prefeitura.

REQUERIMENTO N. 3, DE 1908

Requeiro que o sr. presidente requirite da Prefeitura uma relação detalhada, em especie e numero, das casas de commercio existentes no municipio. — Sala das sessões, 1 de fevereiro de 1908. — *José Oswald*. — A' Prefeitura.

REQUERIMENTO N. 4, DE 1908

Estando já em estudos na Prefeitura, por iniciativa da Camara passada, uma indicação ou projecto de construcção de um cemiterio na Lapa, requeiro ao sr. presidente que requirite esses papeis, mandando dar vista dos mesmos á Comissão de Obras. — Sala das sessões, 1 de fevereiro de 1908. — *José Oswald*. — A' Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE declara que, tendo recebido da Secretaria do Interior um officio convidando a Camara para se fazer

representar na recepção do sr. dr. presidente da Republica, nomeia os srs. vereadores Raymundo Duprat e Sampaio Viana para, conjuntamente com a presidencia, representarem a Camara na referida recepção.

O SR. CELSO GARCIA — Sr. presidente, no triennio passado, por vezes, procurei chamar a attenção da Camara para alguns problemas que demandavam solução immediata nesta capital. Tratei, então da construcção de casas hygienicas e baratas; tratei da organização ou systematização da assistencia publica; tratei, por ultimo, da viação urbana.

Infelizmente, por depender o assumpto de explanação mais desenvolvida, eu não pude naquella occasião ser ouvido com attenção pelos meus collegas. Ainda ha cerca de dois mezes, escrevendo na imprensa, tive ensejo de lembrar que, falando na Camara sobre construcção de casas hygienicas e baratas, os meus collegas, em geral, se retiravam. Poucos ficavam no recinto. Neste momento, noto, com prazer, que esses poucos que ficavam, foram quasi todos reeleitos

Attribuia essa desattenção a um facto que até certo ponto poderia ser justificavel. Fui eleito vereador no triennio passado, como candidato independente. Instigado pelos chefes republicanos, que buscavam, naquella escura época, dominar as urnas, a camara passada votou pela minha exclusão.

Accesa foi, então, a lucta que se travou, na camara, na imprensa, perante o poder judiciario, mas neste em severo debate.

Essa lucta deixou, por certo, resentimentos, não em mim, mas na maioria dos collegas.

Foi, por certo, esse resentimento que impelliu a Camara a não me prestar attenção, quando procurava discutir problemas de todo o interesse para o municipio.

Hoje, felizmente, estamos em outra época. Respira-se num ambiente de relativa tolerancia. Os proprios politicos vão reconhecendo que nas corporações legislativas devem ter ingresso tambem aquelles que, desprendidos das peias partidarias, pedem a investidura do mandato unicamente ás classes populares, como tenho pedido até hoje.

Eu começo a trabalhar este anno, sem prevenções contra quem quer que seja. Posso allegar dois factos para patentear o que affirmo. Primeiro: quando se discutia ha pouco a questão de reconhecimento de poderes, varios oradores falaram; a discussão se acalorou por vezes. Eu, porém, percebendo que no reconhecimento de poderes havia, sobretudo, uma questão politica, não pedi a palavra uma só vez; limitei-me a dar o meu voto a favor de

todos os vereadores, até a favor do sr. Asdrubal Nascimento, a favor do próprio dr. Silva Telles, cujo reconhecimento, a primeira vez que foi eleito, eu havia impugnado.

Commigo, deu-se, pois, um facto extraordinario: — ao passo que candidatos que foram eleitos na mesma lista official, candidatos que deviam manter uma certa solidariedade, candidatos que tinham o dever da obediencia partidaria, rompiam em lucta, eu, alheiado da agitação, não levantei a voz contra quem quer que seja. Contemplei, como simples espectador, a agitação que perturbava os trabalhos da Camara. A minha attitude foi, pois, a mais calma. Segundo facto: quando se procedeu á eleição da mesa da Camara, achava-me ausente. Mas, si estivesse presente, daria o meu voto aos dignos collegas que se acham eleitos.

A respeito das comissões, votei de accordo com a maioria da casa. Não sei si nessa eleição influiu ou não a vontade dos chefes do partido.

Influisse ou não influisse, votei como si fosse correligionario disciplinado. Não se julgue, porém, que o meu voto significa o desejo de me subordinar aos chefes. Votei de accordo com a maioria, unicamente para dar uma prova de confiança e sympathia aos meus collegas.

Si ha da minha parte essa expectativa sympathica para os collegas, é natural que eu tambem espere a mesma expectativa. Creio que a minha eleição passada foi tão impugnada por suporem os chefes do partido que eu, dentro desta Camara, seria um elemento de discordia. No emtanto, posso eu invocar hoje o testemunho de meus collegas. Procurei algum dia perturbar os trabalhos desta Camara? Criei alguma dificuldade? Eu apenas tentei trabalhar pelo desenvolvimento do municipio. Neste triennio que começa não sei si ha aqui o uso não ha representantes de governos ou opposições. Sei que ha apenas vereadores. Sei que todos procuram honrar o seu mandato. Si é completa a nossa harmonia, é de esperar a unanimidade da Camara todas as vezes que se trate do interesse publico. Lembro á nova Camara que, nas ultimas sessões do anno tratei do serviço de viação urbana. Infelizmente, nessa occasião, achava-se ausente na Europa o sr. prefeito. Por este motivo, não pude ter a solução que desejava.

Hoje, porém, que é perfeita a harmonia da Camara, hoje que está presente, na capital, o sr. prefeito, venho tratar da mesma questão, viação urbana, que diz respeito á economia e ao bem publico.

Quando falei o anno passado, a respeito de viação urbana, tive o ensejo de mostrar quanto era oneroso o contracto com a

«Light». Mas o contracto com a «Light» está firmado, foi approvedo por vereadores de que somos successores, si a expressão «successores» é aqui cabivel, porque a personalidade juridica do municipio continua. Approvedo, como disse, o contracto com a «Light», a boa fé, a palavra honrada do poder municipal está empenhada, por mais oneroso que seja esse contracto, por maiores que sejam os sacrificios que acarrete ao povo. Todos nós devemos curvar a cabeça. O contracto é lei. Havemos de cumpril-o.

Na minha attitude, o anno passado, como neste anno, não ha o desejo de hostilizar uma companhia estrangeira. Paiz novo como somos, em que ha carencia de capitaes, todo o esforço que envidarmos para attrahil-os, será sempre bem empregado. E nunca o poder municipal terá a veicidade de criar difficuldades ao estrangeiro que aqui quer applicar o seu dinheiro, concorrendo, assim, para o nosso desenvolvimento.

Si são essas as minhas ideias, si são essas as ideias da Camara, claro está que nós todos, tomando qualquer attitude, e que porventura sejamos obrigados, não queremos faltar á fé do contracto firmado com uma companhia estrangeira.

A questão é outra: por mais oneroso que seja o contracto, nós não teremos, nesse amontoada de artigos contrarios á população, algumas clausulas que venham, em parte, favorecer aos municipes? No anno passado, a primeira questão que levantei, tratando da «Light», foi a da redução de passagens para os alumnos das escolas publicas. Segundo o art. 16 do contracto, a Companhia compromette-se, com o fim de favorecer os alumnos e operarios dos suburbios, a fornecer-lhes bondes a preços reduzidos, em horas determinadas.

No anno passado mostrei, em relação ao transporte de alumnos, que havia uma redução insignificante, uma redução de 25 % — redução que considero irrisoria.

Chamo a attenção da Camara para as expressões de que usaram as partes contractantes. Diz o contracto: — (12) com o fim de favorecer o transporte dos alumnos...

Não ha distincção sobre a idade; as partes contractantes, empregando a palavra alumnos, não disseram si dos lycens, si de academias, si de escola normal, si de outros estabelecimentos de instrucção. Não são tambem favorecidos os alumnos desses estabelecimentos? O interprete talvez tenha espaço para conquistar alguma cousa em favor da collectividade. Não se referirá a clausula do contracto da «Light» a alumnos de menor idade que se eduquem em escolas de instrucção primaria? Deixo

de parte estas questões, em cujo desenvolvimento não entro, porque, neste momento, é desnecessário. A minha questão principal é sobre a redução de passagens para alumnos das escolas publicas. Admittamos que as partes contractantes quizeram referir-se ás escolas publicas.

O sr. Arthur Guimarães — A's escolas primarias...

O sr. Celso Garcia — Neste caso, pergunto: — a redução de 25 % basta? Note-se que as partes contractantes usaram das palavras *favorecer o transporte de certas classes*.

Sem ainda accentuar a significação de *favorecer*, eu me cinjo, neste momento, directamente, á questão de preço.

Quando aqui falei, a primeira vez, a esse respeito, mostrei que na cidade de S. Paulo se pagavam mais caro as passagens de bondes do que, em geral, em outras cidades da America e da Europa.

Mostrei que na cidade do Rio de Janeiro, as passagens eram de 100 réis, em geral, por secção; em Santos, de 100 réis, tambem por secção; em Montevidéo, de cerca de 130 réis, ao cambio actual. Em Buenos Aires, o transporte urbano é relativamente barato.

O sr. Silva Telles — Em Santos, a passagem vai até 300 réis.

O sr. Celso Garcia — Mas, 100 réis por secção. Admittindo que nós nos devemos satisfazer com a redução de 25 % para os alumnos das escolas publicas, pergunto: essa redução basta?

Si o preço, por secção, no Rio, é de 100 réis; si em Santos é tambem de 100 réis; si em Buenos Aires e em Montevidéo, o preço é mais barato do que aqui,—chegamos á conclusão de que os alumnos paulistas, pagando 175 réis, pagam um preço muito mais caro do que os adultos nas cidades a que me referi.

Não quero invocar o exemplo das cidades europeas, onde o transporte urbano é muito mais barato.

Satisfaz essa redução de 25 %?

E si a camara quizer fazer um ligeiro estudo, verá que é irrisorio o «favor que combinaram as partes contractantes.

Em calculo, sem pretender passar por bom calculista, que a frequencia de cada alumno, nas escolas, será de 20 dias por mez, na média; calculo tambem que o alumno só pague a ida ou a volta, visto que os alumnos, em geral, são pobres.

Si a redução é de 25 % por dia, em vinte dias, por mez, a redução é irrisoria: é de mil réis. O abatimento é de cincoenta réis por dia. Em 20 dias eis o abatimento: 20 x 50 igual 1.000.

Então, para favorecer a classe dos collegiaes, a companhia faz uma redução de 1\$000 por mez? Irrisorio favor. E note-se que a necessidade do passe escolar

é quasi geral. O alumno, de ordinario, mora distante do grupo escolar.

A tendencia do governo é para acabar com as escolas isoladas. Estão se fundando novos grupos escolares em varios pontos da capital. O alumno deixará de ter a escola perto de sua residencia. E' natural que precise de bonde.

O bonde offerece todas as vantagens: sob o ponto de vista hygienico, para evitar a permanencia do alumno na poeira das ruas; sob o ponto de vista de segurança, os alumnos não estão sujeitos aos accidentes a que se arriscariam andando a pé.

Ora, si é tão necessaria a redução da passagem para os alumnos das escolas publicas, a Camara tem necessidade de saber oficialmente qual a redução que têm os alumnos; tem, depois, necessidade de saber si esta redução basta ou está de accordo com o contracto.

E' um dos quesitos do requerimento que vou mandar á mesa: (lê) — «Qual o preço das passagens de alumnos que frequentam as escolas publicas?»

Lembro á Camara que tive ensejo de ver em Montevidéo o *passe* para a criança: — é um pequeno cartão a preço reduzido. A criança, durante o mez, pôde viajar ás horas que quizer, de dia ou de noite. Não ha augmento de preço. E' por isso que insisto em perguntar: — em que hora se dá nesta capital a redução?

Sobre outro ponto diz a parte segunda do art. 16 que a Companhia compromette-se, dentro de um anno, a dar bondes para as classes operarias, dos suburbios, em horas determinadas.

A clausula do contracto onerosissimo é bem clara: — *dentro da data do contracto a um anno, a Light era obrigada a pôr bondes a preços reduzidos para os operarios que moram nos suburbios.*

Não se diga que eu sou um agitador; não se diga que venho perturbar a serenidade dos trabalhos desta Camara. Apenas limito-me a tomar informações para dellas prestar contas á collectividade que nos elegeu. Si dentro de um anno a *Light* era obrigada a pôr bondes a preços reduzidos para operarios, pergunto: — *alguem já viu esses bondes? a que horas elles trafegam?*

Note-se que me disseram, ha tempos, que das 4 ás 5, ou das 5 ás 6 horas da madrugada ha, nos extremos das linhas, bondes para operarios. Volto á mesma clausula: «com o fim de favorecer certas classes». Ora, é favor ás classes operarias dar-lhes um bonde de madrugada? O intuito dos contractantes era facilitar o transporte á gente mais necessitada. Mas ha operarios que entram para o serviço ás 5 horas, outros que entram ás 6; outros ás 7; outros ás 8; outros ás 9 horas, etc.

Logo si o contracto visa favorecer, em geral, ás classes operarias, é licito favorecer apenas uma minoria insignificante dessa classe, isto é, aos operarios que têm necessidade de viajar das 4 ás 5 ou das 5 ás 6 horas?

Sabemos que no Rio as classes pobres são favorecidas com a redução de passagens. Ainda mais: no contracto que lá foi feito com esta mesma Light, foi ella relativamente generosa: concedeu bondes a preços reduzidos para os operarios.

No Rio, os bondes, com passagens reduzidas, trafegam durante o dia. Creio que parte da noite também. Não estou bem certo do horario. Mas, estando na capital da Republica, ha cerca de duas semanas, vi, por vezes, bondes para operarios, comboiados por outros de primeira classe.

Em Buenos Aires, tive occasião de ver ligados aos bondes de primeira classe, bondes relativamente decentes, em que se lia na taboleta: — *Para obreros.*

Vê-se que os executores das deliberações municipaes no Rio e em Buenos Aires tiveram intuição mais clara das cousas; comprehenderam que os operarios não precisavam de condução sómente das quatro ás cinco ou seis horas da madrugada; precisavam de bondes durante o dia também.

Que temos nós feito a esse respeito?

Tem sido executado o nosso contracto?

Eu, como vereador, o ignoro.

E note a Camara que não devemos nos orgulhar muito do desempenho do nosso mandato. Si dentro de um anno, a contar da data da approvação do contracto, a «Light» era obrigada a dar bondes, a preços reduzidos, para os alumnos das escolas publicas e para os operarios, como estavamos consentindo na extorção do dinheiro arrancado ás familias dos alumnos e aos operarios ha tantos annos?

Faça-se a conta de tempo em que a «Light» unificou os contractos, de 1901 até hoje, sete annos; — somme-se o dinheiro que operarios e paes de alumnos pagaram em excesso. Ver-se-á que esse dinheiro representa um grande capital, que a Camara tem concordado em arrancar ao povo para dar á companhia dinheirrosa.

E' por isto que eu digo que não ha motivo de orgulho no desempenho do mandato dos vereadores passados.

Antes da Camara tomar uma attitude qualquer sobre este assumpto, ha de levantar-se em toda a altura da sua dignidade. E' necessario agir com prudencia e segurança. Por isso, começo por pedir informação necessaria a respeito de transporte para operarios. (Lê) «1.º Quanto custa a passagem de operarios? 2.º Em que horas têm elles uma redução ou quantos bondes lhes são destinados por dia?»

Nós temos uma outra clausula no contracto, que se refere á segurança do publico. Innumeraveis têm sido os requerimentos e quedas de fios electricos até hoje. A Camara tem legislado sobre este assumpto? O poder executivo municipal tem tomado alguma deliberação?

Nós, os nossos paes, os nossos filhos, os nossos parentes, os nossos amigos, quando sahimos á rua, a tratar das nossas occupações diarias, não temos certeza si a casa voltaremos vivos: — temos a serpear, por cima das nossas cabeças, a morte, nos fios electricos!

Lembro que os rompimentos e quedas de fios electricos se têm dado com assustadora frequencia.

Nós temos um inspector de Viação e si ha uma repartição bem dirigida, como é a Inspectoria de Viação, poderemos saber quantos rompimentos e quedas de fios electricos têm se dado até hoje; poderemos saber quaes as providencias tomadas para evital-os, quaes as multas que têm sido impostas, deante da frequencia desses perigosos accidentes.

Peço á Prefeitura informações. (Lê o requerimento).

O sr. Sampaio Vianna — Mas não tem havido esses tão frequentes rompimentos de fios!

O sr. Celso Garcia — Para o meu ponto de vista, ainda que não houvesse tanta frequencia, eu poderia dizer, sem medo de errar, que até hoje se deram, pelo menos, vinte rompimentos e quedas.

O sr. Sampaio Vianna — Mas isso se dá em toda a parte, onde o serviço é aéreo.

O sr. Celso Garcia — Mas, em toda a parte deve o poder publico intervir para fiscalizal-o. Já me disse um engenheiro que ha um meio de evitar os accidentes resultantes da queda do fio, por meio de uma réde que evite o seu contacto com o fio telephonico.

Mas... não somos technicos para saber qual o melhor meio de evitar os desastres; entra em qualquer cabeça, e não é preciso que cheguem ao extremo ponto os conhecimentos humanos, para se descobrir o rompimento e quedas de fios.

Depois de outras considerações, continua o orador: — não sou exaggerado, baseio-me apenas no contracto.

O anno passado, quando tratei do assumpto, não pude obter a intervenção da Prefeitura...

O sr. Sampaio Vianna — O collega, o anno passado, quando falou, não concluiu por um requerimento á Prefeitura.

O sr. Celso Garcia — Estava na Prefeitura o sr. Asdrubal Nascimento; nesse tempo iniciei a discussão tratando apenas da redução das passagens para os alumnos e operarios; não tratei do rompi-

mento e da queda dos fios.

O sr. Asdrubal Nascimento, muito logicamente, respondeu que, sendo interino o cargo que exercia, e tendo o dr. Antonio Prado tomado as providencias a respeito, não podia dar explicações.

O sr. Silva Telles — Apenas entrei para a Camara, ha um anno e tanto, fiz uma proposta que foi para ser estudada, pedindo as modificações necessarias no contracto com a *Light*. Os papeis foram á Prefeitura. Estou informado de que o dr. Antonio Prado está em trato com a Companhia e creio que alguma coisa será resolvida.

O sr. Celso Garcia — Será para desejar que se faça a revisão do contracto, mas duvido que se possa conseguir uma redução vantajosa.

Ha tempos, no meu primeiro anno de vereador, um representante da *Light*, conversando commigo sobre a Companhia, quiz tomar a liberdade de mostrar que ella era muito onerada, pois, além do mais, era obrigada a fornecer passes aos vereadores.

Eu repliquei que a Camara de S. Paulo não faria questão dos passes. Elle deu a entender que a Companhia podia impor condições á Camara, pelo facto de dar passes aos vereadores!

O sr. Rocha Azevedo — O que seria uma insolencia!

O sr. Sampaio Vianna — O «passe» é uma condição do contracto.

O sr. Arthur Guimarães — Dá um aparte.

O sr. Silva Telles — Seria irrisorio fazer uma allegação dessa natureza para exigir beneficios!

O sr. Celso Garcia — Si me refiro a esse incidente, é para mostrar que esse representante da companhia...

O sr. Silva Telles — Foi um mau representante...

O sr. Celso Garcia — ...talvez traduzisse o pensamento da directoria. Chegou até a dar uma idéa para a refórma do contracto; vir, por exemplo, o bonde da Ponte Grande até ao largo de S. Bento por 200 réis, e dahi á Liberdade, por mais duzentos réis. Seria o fraccionamento das linhas, optimo negocio para a companhia.

Mas, fosse ou não o caso, o certo é que cada dia que passa o povo vae sendo sacrificado.

Por isso, temos necessidade de agir.

Na parte referente á segurança do publico, art. 30, diz o contracto: (lê).

Chamo a attenção da camara para a parte final desse artigo, para que se veja o ambiente que dominava na camara quando foi assignado o contracto: (lê) «Tendo em vista attender á segurança do publico sem prejudicar o interesse da companhia».

Como vimos, em summa, a «*Light*» faz

uma redução platonica nas passagens dos alumnos; não dá bondes a preços reduzidos para os operarios; suas linhas ameaçam a vida dos transeuntes. Bondes que deviam figurar como de segunda classe, figuram como de primeira, comboiados.

E' de crér, e é claro, que, por vezes, a companhia tenha incorrido em multas por varios motivos. Mas, antes de lér a pergunta que faço no meu requerimento, lembro a disposicao do art. 14: (lê).

Pergunto no meu requerimento: (lê): «1.º Em quantas multas incorreu a «*Light*» até hoje? 2.º Que faltas deram motivo a essas multas?»

A Camara, para agir convenientemente precisa de todas essas informações, que devem vir por intermedio do prefeito.

O meu acto não representa uma hostilidade ao prefeito municipal, cuja administração brilhante é reconhecida por todos; o seu genio economico e honestissimo é confessado sem discrepancia; a sua reeleição unanime é a melhor prova disso; a sua palavra é acatada; as suas opiniões por todos respeitadas.

Não tenho por fim nenhuma hostilidade contra o modelo dos administradores.

Nesta questão de viação urbana quero agir de accordo com toda a Camara.

De bom grado submetterei o meu requerimento á assignatura de todos os srs. vereadores. Quero que a minha individualidade desapareça, entrando a collectividade de toda a Camara. Mas não submetti o meu requerimento á assignatura dos collegas, com receio de offender susceptibilidades.

O sr. Almeida Lima — Não fazemos aqui politica.

O sr. Celso Garcia — Aventurando esta questão, tratando de pôr em execução clausulas do contracto com a «*Light*», peço que desapareça a minha individualidade nesta Camara e que ella, unida, resolva a respeito!

Vozes — Muito bem! Muito bem!

Vae á mesa, é lido e despachado á Prefeitura o seguinte

REQUERIMENTO N. 5, DE 1908

Requeiro á mesa da camara que requirite da Prefeitura as seguintes informações a respeito da «*Light*»:

Transporte de alumnos — 1.º Qual o preço das passagens de alumnos que frequentam as escolas publicas? — 2.º Em que horas são acceitas estas passagens?

Transporte de operarios — 1.º Quanto custa a passagem de operarios? — 2.º Em que horas têm elles redução ou quantos bondes lhes são destinados por dia?

Segurança publica — 1.º Quantos rompimentos e quedas de fios electricos tem

havido até hoje? — 2.º A que causas o inspector de Viação attribue as frequentes quedas e rompimentos de fios? — 3.º Que providencias tem tomado a Prefeitura para evitar a repetição desses factos?

Multas — 1.º Em quantas multas incorreu a «Light» até hoje? — 2.º Que faltas deram motivo a essas multas? — Sala das sessões, 1 de fevereiro de 1908. — *A. Celso Garcia.*

Não havendo materia para ordem do dia, e nada mais havendo a tratar, levanta-se a sessão.

5.ª sessão ordinaria em 8 de fevereiro

Presidencia do sr. Corrêa Dias

A' hora regimental, feita a chamada, verifica-se a presença dos srs. Raymundo Duprat, Corrêa Dias, Arthur Guimarães, Mario do Amaral, Sampaio Vianna, Bernardo de Campos, Almeida Lima, Goulart Penteadó, Gabriel Dias da Silva, Silva Telles, Azevedo Soares, Celso Garcia, Asdrubal Nascimento, José Oswald, Joaquim Marra e Rocha Azevedo.

Abre-se a sessão.

E' lida, posta em discussão e sem debate approvada, a acta da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE communica aos srs. vereadores que a camara se reúne amanhã, em sessão extraordinaria, para dividir o municipio em secções e designar os edificios em que deverão funcionar as respectivas mesas eleitoraes, por occasião da eleição de presidente e vice-presidente do Estado,, marcada para o dia 1.º do março proximo.

O SR. SAMPAIO VIANNA — Sr. presidente, permanece no espirito publico, no animo da população desta cidade, a emoção violenta pelos ultimos successos que se desenrolaram na tarde de 1 do corrente, na capital do reino de Portugal, e que tiveram como consequencia lamentavel e inesperada como desenlace fatal, a eliminação dentre os vivos de sua majestade o rei d. Carlos I e do principe herdeiro.

Sr. presidente, o grito de dôr, de verdadeira indignação que então partiu daquella Nação heroica e amiga, daquella Nação historica, daquelle povo laborioso e cioso de seus deveres, como que ecoou em toda a extensão de nosso paiz, indo até ás mais altas montanhas que nos cercam, para repercutir em nosso coração, on-

de, sr. presidente, ainda vibram, como no coração portuguez, os mesmos sentimentos de pesar, o mesmo sentimento de indignação.

E é que nos nossos corações pulsa o mesmo sangue que no coração portuguez — o sangue dos nossos antepassados, o sangue da nossa origem.

E hoje, sr. presidente, que o abalo produzido por este facto horroroso é universal, e que a civilização do seculo XX condemna este acto como a manifestação a mais expressiva do antigo barbarismo, que não encontra outra explicação sinão na degeneração da alma humana, deturpada pelas theorias modernas subversivas, que se afastam da fé, hoje, sr. presidente, que todas as nações cultas compartilham da dôr que enluta a nação portugueza, esta nossa amiga e illustre, a cidade de S. Paulo, esta cidade que podemos dizer cosmopolita, onde o progresso é levado avante pelo vigor do braço estrangeiro, na communhão a mais sublime com o elemento nacional, não pôde ficar calada deante das demonstrações já iniciadas pelos benemeritos governos da União e do Estado. E é neste intuito que me levanto, em nome da camara e interpretando a vontade da população desta cidade, para apresentar o seguinte requerimento: (lê)

REQUERIMENTO N. 6, DE 1908

Requeremos que, em homenagem á nação portugueza, enlutada com os ultimos acontecimentos que tiveram como desenlaces a morte de sua majestade o rei d. Carlos I e do principe real d. Luiz Felipe, tão sinceramente lamentada — a mesa da Camara Municipal desta cidade faça consignar na acta dos nossos trabalhos um voto de sincero pesar, que se officie ao sr. consul portuguez, transmittindo a s. s. os nossos protestos de solidariedade na dor por que está passando aquella nação amiga, que se nomeie uma commissão para representar a Camara nas solennidades religiosas que aqui se realizarem e, finalmente, que se suspenda a presente sessão. — Sala das sessões, 8 de fevereiro de 1908. — *Sampaio Vianna, Corrêa Dias, Asdrubal Nascimento, Raymundo Duprat, Celso Garcia, Almeida Lima, Rocha Azevedo, Azevedo Soares, Mario Amaral, Bernardo de Campos, José Oswald, Goulart Penteadó, Arthur Guimarães, Silva Telles e Joaquim Marra.*

O requerimento é posto em votação e approvedo, sendo pelo sr. presidente nomeados os srs. Sampaio Vianna, Rocha Azevedo e Raymundo Duprat, para representarem a Camara nas solennidades religiosas.

Em seguida, levanta-se a sessão.